

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

INSTITUIÇÕES FEDERAIS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL¹

Magalia Gloger Dos Santos Almeida², David Basso³.

¹ Projeto de pesquisa realizado no curso do Mestrado da Unijuí.

² Mestranda em Desenvolvimento (UNIJUI); Esp. Economia e Gestão Empresarial (UNIJUI); Esp. Educação Técnica e Tecnológica (IF Farroupilha); Bel. Ciências Contábeis (URCAMP). Professora Unipampa campus Itaquí. E-mail: magaliaalmeida@unipampa.edu.br

³ Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), Professor do (DACEC-UNIJUI), integrante do Corpo Docente do Curso de Mestrado de doutorado em Desenvolvimento da UNIJUI. E-mail: davidbasso@unijui.edu.br

Introdução

O presente estudo é um recorte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no município de São Borja no estado do Rio Grande do Sul, uma região de grande valor histórico – cultural e político. O município é uma das cinco cidades gaúchas que ostenta o título de “cidade histórica”, conforme Decreto n. 35.580, de 11 de outubro de 1994. Os primitivos habitantes deste território deixaram um importante legado cultural e étnico para o povo da região. A povoação foi fundada pelos Padres da Companhia de Jesus, que aqui permaneceram até sua expulsão, em 1756. Os Jesuítas incrementaram a pecuária e o cultivo da terra, traços que estão presentes ainda nos dias de hoje no município, e que constitui como a principal fonte de renda. Em especial as culturas de arroz, soja, sorgo e trigo, enquanto na pecuária, possui um dos maiores rebanhos do estado, envolvendo a criação de ovinos, equinos, bubalinos e bovinos. Também possui como fonte econômica o comércio. Os municípios da região da fronteira oeste são caracterizados pela grande extensão territorial, o que imprime uma dinâmica econômica centralizadora de recursos e com grande desigualdade social (COLVERO; MAURER, 2009; IBGE, 2015).

No município de São Borja, é notável que a instalação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem contribuído para o desenvolvimento local, pois percebe-se que a oferta das políticas públicas efetivadas e com as demandas da população atendidas, foi preciso um fluxo constante de desembolsos por parte do Estado. De modo geral, por investimentos ou custeio, os dispêndios devem ser fundamentados pelos correspondentes resultados esperados. Melhoria nos índices educacionais, desenvolvimento econômico e social da população, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida. Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em grupos de 29 países, o Brasil ocupa 23º lugar no ranking em investimentos no ensino superior (OCDE, 2012). Conforme estudos divulgados pelo INEP, o Brasil aplicou 5,1% do PIB em 2009. No ano de 2012, o valor teve um leve aumento, para 5,55% do PIB em educação, valor ainda abaixo da média da OCDE, que é de 6,23% (INEP, 2010; OCDE, 2012).

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

O relatório da OCDE (2012) divulga os investimentos em educação realizados pelos municípios, estados e Governo Federal no Brasil no período de 2000 a 2010. Os dados relatados evidenciam que houve um aumento significativo nos gastos públicos com a educação (INEP, 2010; OCDE, 2012).

Conforme PNE (2014), o governo tem uma meta para até 2024, de elevar a taxa de matrícula de acesso à educação superior para 50% e taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos 40% das novas matrículas, no segmento público (BONETI; GISI, 2007).

Outro dado interessante de ressaltar é que as políticas públicas educacionais de expansão da educação superior no Brasil, se deram pelo menos em três momentos importantes: a) a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996; b) o lançamento do Plano Nacional da Educação (PNE), 2001; e c) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, garante que a educação é um direito de todos e especifica os princípios sob os quais o ensino será ministrado. Atribui tanto à família quanto ao estado a obrigação com a educação, cujo objetivo é o pleno desenvolvimento do estudante, sua preparação para o exercício e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

No ano de 2001 foi sancionada a Lei n. 10.172, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), tendo seus objetivos bem delineados, pretendendo ver concretizada a elevação global do nível de escolaridade da população, com a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; busca a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (PNE, 2001).

Os programas do PDE compreendem ações para a expansão do ensino superior para a iniciativa pública e privada. O Governo Federal criou programas que são considerados pilares para a democratização do acesso à educação superior: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); Universidade Aberta do Brasil (UAB); e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) (MELO, 2011, OLIVEIRA, 2013).

Como pode ser observado, tanto a LDB como o PNE e o PDE são agentes inconteste do desenvolvimento da educação nos últimos anos e servem de norte para todas as ações governamentais e institucionais (MELO, 2011).

Tendo por suporte as estratégias que estão presentes nos programas e projetos do Governo Federal voltados à expansão e interiorização dos investimentos no ensino superior brasileiro, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de instalação das IFES (Unipampa e IF Farroupilha) no município de São Borja e identificar os principais impactos no processo de desenvolvimento local/regional.

Metodologia

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva-exploratória quanto aos fins. A pesquisa está em andamento e, para o que se propõe relatar no âmbito deste trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental para a coleta de dados. Por estar ainda em andamento, os dados parciais da pesquisa são apenas apresentados, devendo ser analisados nas próximas etapas com o uso do modelo de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

Resultados e Discussões

Os investimentos no ensino superior no período de 2008-2012, nas Instituições Federais, foram impulsionados pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do Decreto n. 6096, de 24 de abril de 2007, tendo como objetivo, de acordo com seu artigo 1: “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

Entre as medidas do REUNI, com relação àquelas direcionadas para retomar o crescimento do ensino superior público, cabe destacar o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação de ofertas de cursos noturnos, a promoção das inovações pedagógicas, combate às taxas de evasão e a ocupação de vagas ociosas, cujo propósito principal é diminuir a desigualdade social no Brasil. Visa ainda, fomentar o desenvolvimento local/regional e estimular a fixação de profissionais qualificados no interior, através da potencialização da função social e o engajamento das universidades na superação dos desafios socioeconômicos do País (MEC, 2012).

A partir do REUNI, tem-se concretizado ações num processo de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) por todo o país, com a implantação de inúmeros campi no interior dos estados, destacando o incentivo à política de interiorização universitária, permitindo o acesso à universidade às pessoas que residem/vivem no interior e que não têm condições de se deslocar para os grandes centros urbanos. A implementação dessa medida resultou no crescimento de aproximadamente 66% na oferta de vagas nos cursos de graduação presencial das Instituições Federais e de 95% no orçamento dessas IFES no período de 2008-2012, tendo sido investidos R\$ 3,5 bilhões e contratados cerca de 60 mil docentes (efetivos e substitutos) e técnicos administrativos para as IFES (MEC, 2012).

Os impactos da expansão da educação superior podem ser observados, dentre outros indicadores, a partir dos índices de escolaridade entre as gerações mais recentes no Brasil. Apesar de expressivos avanços entre gerações, considerando diferentes dimensões (renda, cor, raça, sexo e/ou região geográfica), fica claro que as políticas de inclusão em curso precisam ser mantidas e ampliadas para garantir igualdade de oportunidades educacionais para todos os brasileiros.

Em, 24 de maio de 2013, o MEC/INEP divulgou que o Brasil conta com mais de 255 IFES e 1.252.952 alunos matriculados. No período 2012-2013, a matrícula cresceu 4,4% nos cursos de bacharelado, 0,6% nos cursos de licenciatura e 5,4% nos cursos tecnológicos. Os cursos de bacharelado têm uma participação de 67,5% na matrícula, enquanto os cursos de licenciatura e tecnológicos participam com 18,9% e 13,7%, respectivamente.

Conforme dados recebidos do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja a previsão da matriz orçamentária anual de 2015 girou em torno de R\$ 2.747.311,00 para ações de custeio (manutenção geral do campus, contratos terceirizados, prestação de serviços de tudo que está

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

relacionado à pessoa física (PF) e/ou pessoa jurídica (PJ), estagiários, pagamento de bolsas dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, entre outros) e de capital (investimentos em bens patrimoniais, como aquisição de carros, mobiliário em geral, equipamento de TI, entre outros). Por questões políticas houve um contingenciamento de 20% da matriz no ano de 2015, reduzindo para R\$ 2.197.848,80. Sendo discriminado assim: para investimento serão destinados 10% o que corresponde R\$ 219.784,88; custeio 86% o que equivale a R\$ 1.890.149,97; e os últimos 4% para capacitação RH, PPIQP e mais PID que significam R\$ 87.913,95, assim fecham os 100% da verba. O Campus de São Borja hoje tem mais de mil alunos matriculados sendo: 166 nas licenciaturas (matemática e física); técnico integrado (eventos e informática) 385; especialização 36; Proeja integrado (cozinha e eventos) 105; Subsequente (eventos, cozinha e informática) 179 e tecnólogo (gestão de turismo) e bacharelado (sistema de informação) 149. Todas as salas estão ocupadas, não podendo ser ofertado mais cursos, sem realizar investimentos na infraestrutura, diferente da realidade do curso de Tecnólogo em Gastronomia, pois este curso será ofertado no vespertino, utilizando a mesma sala destinada ao curso Técnico em Cozinha.

Já o campus da Unipampa em São Borja tem aproximadamente setecentos alunos sendo: 38 no curso de Ciências Sociais – ciências políticas; 146 no Jornalismo; 126 em Propaganda e Publicidade; 39 em Relações Públicas; 199 no Serviço Social e também disponibiliza duas especializações com 60 matriculados em Políticas em Intervenção em violência Intrafamiliar e em História, Imagem e Memória das Missões com 13 alunos; e para este ano já está selecionado mais 35 vagas para o Mestrado Profissional em Políticas Públicas.

No Relatório de Gestão da Unipampa campus São Borja 2015 também está os dados do orçamento da instituição a Unidade Universitária (matriz de custeio) girou em torno de R\$ 987.157,63 sendo: gastos com diárias R\$ 42.431,80; gastos com aquisição de material de consumo R\$ 67.399,16; gastos com passagens e despesas com locomoção R\$ 1.496,85; gastos com serviços de terceiros – pessoa física R\$1.688,00; gastos com serviços de terceiros – pessoa jurídica R\$ 396.802,35; investimentos em obras R\$ 183.748,61; aquisição de equipamentos e material permanente R\$ 293.590,86.

Destaca-se também, além dos dados já explicitados, a receptividade dos municípios que sediam as IFES que, em sua maioria, tentam apoiar e dar suporte aos investimentos e demandas da instituição, ainda que muitas vezes as soluções e retornos pareçam (ou sejam, de fato) morosos. Percebe-se que a, de ambas as partes, a disponibilidade em buscar o desenvolvimento dos municípios, favorecendo com isso, o desenvolvimento de muitas ações em parceria com as secretarias e outras instituições municipais.

Conclusão

Neste contexto, identificou-se que o município de São Borja fez e ainda está fazendo diversas ações em torno de investimento na área da educação, como foi descrito. Por isso, a importância do investimento estatal em áreas onde o setor privado não consegue prover com eficiência, ou se provê, os custos são muito altos para quem terá que pagar por eles, no caso de uma universidade privada, por exemplo. Se retirássemos os gastos públicos em São Borja referente à Unipampa e ao Instituto Federal a situação econômica estaria bem difícil, pois o setor agropecuário extensivo

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

existente na região tem uma grande concentração de renda, gerando um número restrito de emprego.

O investimento no setor de educação, acaba se refletindo no desenvolvimento de setores de atividades locais, em especial nos ramos imobiliários, da construção civil, da alimentação e de opções de lazer, bem como em mudanças no comportamento dos moradores quanto ao respeito às diferenças presentes no cotidiano universitário.

Compreende-se que as instituições, com base nos indicadores “eficácia e efetividade”, têm alcançado resultados positivos por meio de sua atividade fim, conseguindo, em curto espaço de tempo, já apresentar algumas transformações físicas, sociais e culturais nos municípios em que está instalada, bem como nas regiões próximas a estes.

Os impactos da expansão da educação superior podem ser observados a partir das características de escolaridade entre as gerações mais recentes no Brasil. Fica evidente que um dos fatores norteadores do REUNI é a indução do desenvolvimento econômico e social das regiões atendidas, buscando a redução das assimetrias regionais e almejando a oferta de vagas na rede federal.

Referencias

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONETI, L.W.; GISI, M. L. As desigualdades sociais e as políticas de acesso à educação superior no Brasil. In: EYNG, A.M.; GISI, M.L. (org.) Políticas e gestão da educação superior: desafios e perspectivas. Ijuí. Unijuí, 2007. Capítulo 2.

BRASIL. Decreto que Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> acesso em: 20/09/15.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html> acesso em 20/09/15.

_____. Ministério de Educação e Cultura (MEC). Análise sobre a expansão das universidades federais (2003-2012). Relatório da comissão constituída pela portaria n.126/2012. Brasília, 2012.

_____. Ministério de Educação e Cultura (MEC). Plano Nacional de Educação, 2014. <Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento>>. Acesso em: 21 set. 2015.

COLVERO, R.; MAURER, R. São Borja e seu patrimônio “quase” esquecido: o caso das Missões Jesuíticas na Terra dos Presidentes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Maringá. Anais do IV Congresso Internacional de História, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009.

IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431800&search=rio-grande-do-sul|sao-borja>>. Acesso em 31 jul. 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/downloads/coletiva_censo_superior_2013.pdf>

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

MELO, P. A. Políticas de expansão e interiorização da educação. In: PAULA, M.F.C; LAMARRA, N.F. (Orgs) Reformas e democratização da educação superior no Brasil e América Latina. São Paulo. Ed. Ideias e Letras, 2011. Cap. 7.

OCED. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financ_internacionais-ocde

Acesso: 15 jun. 2015

OLIVEIRA, A. J. Dissertação (Mestrado em Administração)– Programa REUNI nas Instituições de Ensino Superior Federal (IFES) Brasileiras: um estudo da eficiência operacional por meio da análise envoltória de dados (DEA) no período de 2006 a 2012, UFPR, 2013.

UNIPAMPA. Disponível em:

<http://porteiros.unipampa.edu.br/saaborja/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=54>